



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

**ANEXO**

**Conteúdo Programático:**

**DIREITO CONSTITUCIONAL:** 1. Constituição. 2. Poder constituinte. 3. Princípios fundamentais. 4. Direitos e garantias fundamentais. 5. Organização do Estado. 6. Administração Pública. 7. Organização dos Poderes no Estado. 8. Funções essenciais à Justiça. 9. Controle de Constitucionalidade. 10. Defesa do Estado e das instituições democráticas. 11. Ordem econômica e financeira. 12. Política urbana, agrícola e fundiária e reforma agrária. 13. Ordem social. 14. Noções gerais sobre direito internacional dos direitos humanos.

**PROCESSO CIVIL:** 1. Noções gerais sobre o Novo Código de Processo Civil (Lei n.º 13.105/2015). 2. Jurisdição e ação. 3. Partes e procuradores. 4. Litisconsórcio e assistência. 5. Intervenção de terceiros. 6. Competência. 7. O juiz. 8. Atos processuais. 9. Formação, suspensão e extinção do processo. 10. Processo e procedimento. 11. Procedimento ordinário. 12. Resposta do réu. 13. Revelia. 14. Julgamento conforme o estado do processo. 15. Provas. 16. Audiência. 17. Sentença e coisa julgada. 18. Liquidação e cumprimento de sentença. 19. Recursos. 20. Processo de execução. 21. Processo cautelar e medidas cautelares. 22. Ação civil pública (Lei n.º 7.347/85). 23. Mandado de segurança para requerimento de medicamentos. 24. Lei de Alimentos Gravídicos (Lei n.º 11.804/08).

**DIREITO CIVIL:** 1. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. 2. Das Pessoas Naturais. 3. Das Pessoas Jurídicas. 4. Bens. 5. Ato e Fato Jurídico. 6. Negócio Jurídico. 7. Atos Jurídicos Lícitos e Ilícitos. 8. Prescrição e Decadência. 9. Obrigações. 10. Teoria Geral dos Contratos; Posse. 11. Direitos Reais. 12. Direitos Reais de Garantia. 13.



## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Direito de Família. 14. Noções Gerais do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/1990).

**DIREITO PENAL.** 1. Da aplicação da lei penal: princípios da legalidade e da anterioridade; a lei penal no tempo e no espaço; o fato típico e seus elementos; relação de causalidade; culpabilidade; superveniência de causa independente. 2. Conflito aparente de normas. 3. Crime: crime consumado, tentado e impossível; desistência voluntária e arrependimento eficaz; arrependimento posterior; crime doloso e culposo. 4. Erro de tipo; erro de proibição; erro sobre a pessoa; coação irresistível e obediência hierárquica; causas excludentes da ilicitude. 5. Da imputabilidade penal: do concurso de pessoas; do concurso de crimes. 6. Das penas: espécies; cominação; aplicação; da suspensão condicional da pena; do livramento condicional; efeitos da condenação e da reabilitação; das medidas de segurança. 7. Da ação penal pública e privada: da extinção da punibilidade; da execução das penas em espécie: das penas privativas de liberdade, das penas alternativas (Lei n.º 9.714/98), dos regimes, autorizações de saída, remição e incidentes da execução. 8. Da prescrição. 9. Dos crimes contra a vida. 10. Dos crimes contra o patrimônio. 11. Dos crimes contra a liberdade sexual. 12. Crimes de abuso de autoridade (Lei n.º 4.898/65). 13. Tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes (Lei n.º 11.343/2006). 14. Crimes hediondos (Lei n.º 8.072/90 e alterações posteriores). 15. Crimes de tortura (Lei n.º 9.455/97). 16. Estatuto do Desarmamento (Lei n.º 10.826/2003).

**PROCESSO PENAL:** 1. Processo penal brasileiro. 2. Sistemas e princípios fundamentais. 3. Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas. 4. Fase pré-processual: inquérito policial. 5. Processo, procedimento e relação jurídica processual. 6. Ação penal. 7. Ação civil *ex delicto*. 8. Jurisdição e competência. 9. Questões e processos incidentes. 10. Prova. 11. Lei n.º 9.296/1996. 12. Sujeitos do processo. 13. Prisão, medidas cautelares e liberdade provisória. 14. Lei n.º 7.960/1989. 15. Citações e



## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

intimações. 16. Atos processuais e atos judiciais. 17. Procedimentos. 18. Lei n.º 9.099/1995 e Lei n.º 10.259/2001. 19. Prazos. 20. Nulidades. 21. Recursos. 22. *Habeas corpus*. 23. Revisão criminal. 24. Pacto de São José da Costa Rica.

**EXECUÇÃO PENAL:** 1. Da Lei de Execução Penal (Lei n.º 7.210/84). 2. Decreto da Presidência da República n.º 8.380/2014.

**DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE:** 1. Os direitos da criança e do adolescente contextualizados na Constituição Federal. 2. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/90).

**PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA:** 1. Princípios, atribuições e prerrogativas institucionais da Defensoria Pública: conceitos, extensão e limites. 2. Arts. 134 e 135 da Constituição Federal. 3. Lei Complementar n.º 80/94 (arts. 1º ao 4º-A e art. 127).

### **GREGORY VICTOR PINTO DE FARIAS**

Defensor Público

Presidente da Comissão de Processo Seletivo da Comarca de Londrina